



O conceito de típico de Slavoj Žižek como mecanismo de manutenção da ideologia em *A exceção e a regra*

Marcia Geralda de Almeida

Universidade Estadual de Maringá

<https://orcid.org/0000-0002-7093-893X>

marcialmeida57@gmail.com

Marisa Corrêa Silva

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

<https://orcid.org/0000-0002-9692-7374>

mcsilva5@uem.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma releitura da peça *A exceção e a regra*, de Bertolt Brecht, a partir do conceito de típico proposto pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek. Trata-se de um estudo bibliográfico de cunho interpretativo, baseado no materialismo lacaniano, uma corrente filosófica recente que atrela a psicanálise de Jacques Lacan ao materialismo histórico de Karl Marx. A releitura por tal viés permite perceber o funcionamento do processo de tipificação, pois, de forma muito didática, Brecht põe em cena as contradições inerentes às relações de poder. Embora o conceito žižekiano seja posterior à criação de *A exceção e a regra*, é possível perceber o processo de tipificação na peça, e esse recurso funciona como elemento constitutivo do efeito de estranhamento (ou distanciamento), o conceito chave do teatro brechtiano. Crítico contundente do drama burguês, Brecht clamava a necessidade de abandonar a mimese superficial das relações interpessoais, que focavam exclusivamente o indivíduo, para abraçar a coletividade, as estruturas e processo de poder e seu papel praticamente determinante na matriz de comportamentos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: *A exceção e a regra*; típico/tipificação; estranhamento; ideologia.

Slavoj Žižek's typical concept as mechanism of maintenance of ideology in the play *The Exception and the Rule*

ABSTRACT

This paper reads Bertolt Brecht's play *The Exception and the Rule* using the concept of "typical", as purported by Slovene philosopher Slavoj Žižek. It is an interpretative bibliographical study based on lacanianism, a recent philosophical current that links Jacques Lacan's psychoanalysis to Karl Marx's historical materialism. The new reading through this perspective allows us to understand the functioning of the typification process, since in a very didactic way, Brecht brings into play the contradictions inherent in the power relations. Although the žižekian concept is after the creation of *The exception and the rule* it is possible to see the typification process in the play, and this feature works as a constitutive element for the distancing effect, the key concept of brechtian dramaturgy. Acerbic critic of the bourgeois drama, Brecht demanded the abandonment of interpersonal relation's superficial mimesis, which focused exclusively the individual, in order to encompass the collectivity, power's structures and processes and their almost all-powerful determining role over human behaviors.

KEYWORDS: *The Exception and the Rule*; typical/typification; distancing effect; ideology.



1. Introdução

Este texto apresenta uma releitura da peça *A exceção e a regra*, do dramaturgo Bertolt Brecht (1898-1956), à luz do materialismo lacaniano, especificamente do conceito de “típico”, discutido pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek, no capítulo “La hegemonia y sus síntomas” (2008), no livro intitulado *En defensa de la intolerancia*, e em outros textos do autor (1997). O materialismo lacaniano é uma corrente de pensamento baseada na psicanálise lacaniana e no materialismo histórico de Marx, porém propõe algumas críticas ao marxismo ortodoxo, por ponderar que há mais aspectos a serem considerados no funcionamento de uma sociedade, além da economia e da luta de classes (SILVA, 2009), isto é, questões ligadas ao Inconsciente e que não são expressas pelo discurso, mas que eventualmente vêm à tona.

De acordo com o dicionário de língua portuguesa, a palavra “típico” pertence à classe dos adjetivos e é definida como aquilo “que constitui tipo; que serve de modelo, característico; alegórico, simbólico” (CIPRO NETO, 2009, p. 570). Entretanto, a definição apresentada pelo filósofo não se relaciona exatamente com o sentido dicionarizado, uma vez que está atrelada, especificamente, às operações ideológicas que sustentam a hegemonia.

Nesta releitura, evidencia-se que a peça *A exceção e a regra* funciona como uma ilustração didática do procedimento de tipificação, e os recursos do teatro brechtiano são reveladores disso. Este texto apresenta, primeiramente, o conceito de “típico” segundo Slavoj Žižek e, posteriormente, fornece exemplos práticos que configuram a tipificação na sociedade atual. Por fim, realiza-se a aplicação do conceito na peça de Brecht, a fim de evidenciar de que forma ela ajuda a perceber e a não naturalizar os processos de tipificação. Essa desnaturalização do “típico”, fortalecendo o estranhamento brechtiano, é um recurso que recusa a mimese superficial, focada nas emoções do indivíduo, que norteava o drama burguês; da maneira como o dramaturgo alemão a utilizava, ela serve ao propósito de descortinar estruturas ideológicas, revelando seus efeitos catastróficos sobre a coletividade.

2. O típico para Slavoj Žižek

O texto “La hegemonia y sus síntomas” é o primeiro capítulo do livro *En defensa de la intolerancia*. Nesse capítulo, Žižek problematiza o conceito de “típico”, uma vez que, para ele, “qualquer conceito ideológico de aparência ou alcance universal pode ser hegemonizado por um conteúdo específico que acaba ocupando essa universalidade e sustentando sua eficácia” (2008, p. 14, tradução nossa). Em outras palavras, trata-se do ato ou efeito de transformar uma questão específica e particular em algo típico ou generalizado, que se estabelece como ideia universal; esse conceito está ligado ao processo por meio do qual as ideias podem se tornar hegemônicas. Note-se que o esloveno utiliza a expressão “conceito de aparência universal”, ou seja, um conceito que parece geral, mas não o é de fato. Ademais, o conceito žižekiano de “típico” é mais que um discurso estruturado a partir de uma ideia contraditória e incompatível com a realidade, pois o “típico” cria também uma imagem que é falsa.

Portanto, em certa medida, essa definição proposta por Žižek se distancia do conceito de estereótipo na acepção do teórico indiano Homi K. Bhabha (1998, p. 117), o qual define o estereótipo como uma imagem simplificada que reduz a complexidade do que está sendo representado, não sendo, entretanto, uma “[...] simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação, porque é uma forma presa, fixa de representação”. Em contrapartida, para Žižek, o “típico” é uma alteração de determinada imagem, com vistas a beneficiar quem promove essa alteração.

Por outro lado, no livro *Opinião Pública*, em que propõe o conceito de estereótipo, o jornalista Walter Lippmann (1889-1974) afirma que a imagem é algo sempre manipulável. Segundo o autor, a opinião pública se constitui de fragmentos dos relatos de outras pessoas somados àquilo que é possível imaginar e, portanto, “o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento” (LIPPMANN, 2008, p. 29).

Parece ser um procedimento natural e despretensioso quando o teórico explica que o tempo todo os indivíduos estão compondo seu “repertório de imagens”; contudo, o autor também afirma que “O simbolismo da opinião pública [...] implica um equilíbrio de interesses” (LIPPMANN, 2008, p. 27; 90). Assim, no prefácio de *Opinião Pública*, Jacques Wainberg (2008, p. 13) discorre a respeito da descrença de Lippmann na atividade da imprensa e afirma que a mídia e os noticiários criam imagens para o público e, portanto, são essas “imagens estereotipadas da realidade que controlam os afetos e os rancores [...] determinam o humor do público”, de forma que “resultam menos da capacidade cognitiva do indivíduo e mais da manipulação e administração do consenso social pelas partes interessadas”.

Embora o pensamento de Lippmann tenha algumas convergências com o conceito elaborado por Žižek, é importante destacar que Lippmann está tratando da questão da opinião pública – e não de ideologia especificamente – e de como ela se constitui de acordo com os interesses de determinados grupos e em diferentes contextos. Ainda assim, as considerações do jornalista ajudam a refletir acerca da criação e da manipulação de imagens, uma vez que o processo de tipificação é uma forma de manipulação da imagem. Walter Lippmann (2008, p. 85) afirma que, na formulação da opinião pública, “na maior parte das vezes não vemos em primeiro lugar para então definir, nós definimos primeiro”, mas para Žižek a tipificação é sempre um procedimento ideológico que objetiva a manutenção da hegemonia.

3. A dinâmica do processo de tipificação

De acordo com Slavoj Žižek (1997, p. 2), o “universal é o resultado de uma cisão constitutiva, em que a negação de uma identidade particular transforma essa identidade em símbolo de identidade e completude como tal”, isto é, o universal só passa a existir concretamente, a partir do momento que um conteúdo particular o substitui. Portanto:

Para funcionar, a ideologia dominante deve incorporar uma série de características nas quais a maioria explorada possa reconhecer seus verdadeiros desejos. Em outras palavras, cada universali-

dade hegemônica deve incorporar pelo menos dois conteúdos particulares: o conteúdo particular autêntico e a distorção criada pelas relações de dominação e exploração. [...] No entanto, para chegar à distorção desse desejo autêntico, é necessário primeiro incorporá-lo (ŽIŽEK, 1997, p. 2-3).

O exemplo apresentado pelo filósofo para explicar o termo “típico” diz respeito à campanha contra o aborto, uma vez que o argumento utilizado pelos defensores dessa campanha parte do discurso de que os abortos são praticados por mulheres bem-sucedidas e sexualmente promíscuas que optam pela vida profissional em detrimento do ‘dom’ da maternidade. Žižek (2008) propõe que, ao utilizar esse tipo de argumento baseado em uma particularidade questionável, o discurso transforma um caso específico em típico, generaliza, porém deixa de fora o fato de os dados estatísticos indicarem que a maioria dos abortos ocorrem com mulheres casadas cujas famílias pobres e com grande quantidade de filhos que não têm condições financeiras de sustentar mais uma criança, ou seja: trata-se de uma questão social e econômica.

No Brasil, um exemplo dessa tipificação pode ser percebido nos casos de jovens de origem pobre que conseguem se graduar em cursos concorridos como direito ou medicina. Quando a mídia divulga a história de vida de um jovem, filho de mãe solteira e catadora de materiais recicláveis, que conseguiu se graduar em medicina, é como se automaticamente todos os jovens com essas características tivessem condições de reproduzir esse enredo. Casos como esse são utilizados para reforçar o discurso segundo o qual ‘falta de dinheiro não é desculpa para não estudar ou ser bem-sucedido’, isto é, transformam-se os casos específicos em exemplos “típicos” a serem seguidos. Entretanto, esse argumento oblitera os seguintes questionamentos: quantos jovens de origem humilde se formam em medicina ou direito no Brasil? A que interesses serve o fato de esses casos específicos deixarem de ser olhados como exceção e serem apresentados como regra? Ora, esse ponto de vista fortalece e é fortalecido pelo discurso meritocrático, um discurso que considera irrelevante a condição econômica que a maioria das famílias brasileiras enfrenta, a qual está além da força de vontade ou do esforço individuais.

Outro exemplo no Brasil são os argumentos contrários às cotas (sociais ou raciais) para estudantes, os quais afirmam que a maioria dos estudantes que ingressam nas universidades por meio de cotas não conseguem finalizar o curso, pois não têm condições intelectuais de acompanhar o ensino superior. Entretanto, pesquisas sérias indicam que não há diferenças entre as médias dos alunos cotistas e dos não cotistas, assim como não há queda no padrão acadêmico das universidades que adotam o sistema de cotas (VELOSO, 2009); outras pesquisas demonstram que o desempenho dos alunos cotistas é superior ao dos não-cotistas (PEIXOTO et al, 2016; BOMFIM, 2014). Por outro lado, a pesquisa desenvolvida por Mendes Junior (2014) indicia menor rendimento dos alunos cotistas em relação aos não-cotistas, porém também demonstra que a evasão destes últimos é superior, isto é, apesar de o rendimento ser mais baixo, a taxa de cotistas que termina a graduação é maior.

Nas palavras de Slavoj Žižek (2006, p. 22), “cada noção ideológica aparentemente universal é sempre contaminada por um componente de caráter particular que deforma a sua universalidade”. Assim, uma noção universal não precisa ser inteiramente verdadeira, mas precisa ser aplicável a alguma experiência na sociedade; portanto, apesar de os argumentos contra as

cotas raciais serem baseados em especulações e em casos individuais excepcionais, basta que um grande número de pessoas legitime tais argumentos, ao repeti-los, para que eles configurem a regra, ou seja, a noção universal. Temos uma imagem verdadeira (pode-se conhecer e nomear um indivíduo cotista que não conseguiu terminar seu curso) da qual se toma posse para, numa operação ideológica, erigi-la em majoritária, em “típica”, em narrativa-padrão de quase todos os indivíduos cotistas, falseando a realidade e instaurando uma universalidade hegemônica.

É em tais coordenadas que funciona o fenômeno de tipificação, o qual subjaz às operações ideológicas e está diretamente ligado às relações de poder e de dominação.

4. A exceção e a regra: o estranhamento e a percepção do típico segundo ŽIŽEK

Ao discutir o conceito de estereótipo e a formação da opinião pública, Walter Lippmann (2008, p. 83) parte do princípio de que cada indivíduo é capaz de perceber apenas um aspecto dos eventos que ocorrem ao seu redor, de forma que é inevitável que a opinião pública seja constituída “de pedaços juntados do que outros relatam e do que se pode imaginar”, uma vez que ela abarca “um largo espectro, um longo período de tempo, um número maior de coisas”, além daquelas que cada sujeito pode observar diretamente. Assim, Lippmann (2008, p. 85) destaca que “na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura”.

Ao que parece, para Lippmann, a criação de imagens (e estereótipos) é uma atividade natural na mente dos indivíduos, tendo em vista a impossibilidade de qualquer sujeito perceber o mundo em sua totalidade. Além de deixar claro que a imagem é sempre manipulável e dependente de um equilíbrio de interesses dentro de cada contexto social, o autor escreve que, para formular a opinião pública:

[...] temos que descrever mais espaço do que podemos ver com os nossos olhos, e mais tempo do que nós podemos sentir, como temos que descrever e julgar mais pessoas, mais ações, mais coisas do que jamais podemos enumerar, ou vivamente imaginar. Temos que pegar amostras, e tratá-las como típicas (LIPPMANN, 2008, p. 139).

De certa forma, o conceito žižekiano tem alguma relação com a opinião pública, já que o processo de tipificação se beneficia dessa característica restritiva da mente humana e do processo de formulação da opinião pública para estabelecer-se como verdade (outro conceito problemático). Entretanto, quando Žižek discorre sobre o conceito de “típico”, ele está discutindo o funcionamento da hegemonia, das ideias dominantes, e como esse conceito pode ser maleável e determinante dentro das operações ideológicas. Diante dessa possibilidade, o texto žižekiano dialoga com a peça de Bertolt Brecht, em que o dramaturgo incita o leitor/público a desconfiar do que é naturalizado e aparentemente comum dentro da sociedade.



Prólogo: [...] Sob o cotidiano, desvendai o injustificável.
 Por trás do consagrado, atentai no absurdo
 Desconfiai no menor gesto por simples que pareça.
 Não aceitai como tal a regra estabelecida; procurai nela a necessidade.
 Rogamo-vos não dizer “é natural”, diante dos acontecimentos diários.
 [...] não se diga jamais “é natural”, a fim de que nada passe por imutável (BRECHT, 1974, p. 15).

De acordo com Montagnari (2010), a peça, escrita em 1929/1930, faz parte da segunda fase da atividade dramaturgical de Brecht, caracterizada pela produção de textos considerados como teatro didático, portanto, a referida obra é considerada uma peça didática. Conforme Montagnari (2010, p. 10), o teatro didático abrange as peças que “identificam uma dramaturgia centrada em uma estrutura aberta que encontra no exercício da razão, na dialética, um instrumento a serviço de uma realidade que pode e dever ser demonstrada como passível de modificação”.

Em *A exceção e a regra*, um mercador comete um crime (atira em seu empregado - *coolie* ou carregador - quando este estava prestes a oferecer-lhe um cantil de água); porém, o mercador é inocentado de sua transgressão, em virtude da certeza de que o carregador tinha todas as razões para querer matá-lo, ou seja, o comerciante é declarado inocente não por ter agido em legítima defesa, mas, antes, porque seria falta de bom senso acreditar que o *coolie* não tivesse más intenções contra ele, já que o empregador era um explorador e havia maltratado o *coolie* durante toda a viagem. De acordo com o excerto da peça, o veredito do juiz é favorável ao acusado, ao mesmo tempo em que deixa implícita a inocência do provável agressor, o falecido: “Juiz – [...] O acusado agiu, pois, em estado de legítima defesa; pouco importa que ele tenha sido realmente ameaçado ou que pensava que o ameaçavam. Dest’arte, declaro livre o acusado e rejeito a queixa apresentada pela mulher da vítima” (BRECHT, 1974, p. 25).

Assim, a peça é construída a partir do movimento duplo de afirmação e negação da inocência factual do carregador, bem como do movimento duplo da afirmação e negação da injustiça da ação do mercador. Tal jogo reforça a contradição e cria um efeito irônico, a fim de impelir o leitor a questionar o que está lendo. Esse procedimento de afirmação e negação presente na peça faz parte de um recurso bastante comum no teatro brechtiano, o estranhamento ou distanciação, recurso que funciona como instrumento para interpelar a aparente, mas questionável, normalidade dos fatos. Desse modo:

O efeito de distanciação consiste em tornar insólito, estranho, problemático aos olhos do espectador atitudes e situações que lhe pareceriam, até então, naturais porque o hábito é o maior auxiliar da escravidão. Será necessário que o espectador reflita sobre os comportamentos que até então não lhe pareciam merecer reflexão, levá-lo a achá-los anormais bem como anormal a sociedade que os torna possíveis e necessários (BRECHT, 1974, p. 26).

Esse efeito de distanciação também pode ser produzido por meio de estratégias como “mostrar o inesperado, escancarar contradições” (MELLO, 2009, p. 21). Mello ainda pontua que no teatro brechtiano, “teatro de forma épica, o palco [...] põe em evidência o processo dramático, coloca o espectador na posição de observador crítico, estimula-lhe a atividade

intelectual, exige-lhe decisões e argumentos, incita-o ao conhecimento, considera-o como ser mutável” (2009, p. 20).

Para Montagnari (2010, p. 11), as peças didáticas de Brecht correspondem:

[...] a um meio de aprendizagem, a uma prática pedagógica fundamentada em uma teoria nascida de uma prática armada por meio de passagens com perguntas e respostas, interrogatórios, julgamentos, tribunais, pelo uso insistente da repetição e pela presença de um marxismo que, em *A exceção e a regra*, demonstra de forma eficaz como na sociedade de classes o direito é ideologicamente utilizado como instrumento legal de dominação das classes dominantes.

A peça *A exceção e a regra* é marcada pelo estranhamento instaurado via desvelamento das contradições, pela ironia mais fina, pelo inesperado e pelo absurdo que é naturalizado. São essas características que permitem reler a peça, conforme o conceito de “típico” žižekiano, como um caminho possível para compreender o funcionamento do processo de tipificação como mecanismo de manutenção da ideologia e da hegemonia.

Conforme o trecho da peça, a seguir, não é que os juízes acreditem na capacidade assassina do carregador: ao contrário, eles sabem que o homem era inofensivo, mas alegam que era potencialmente perigoso, porque teria os motivos e os meios para se vingar do mercador; com efeito, é preciso que essa “verdade” seja reiterada para que se torne crível. Durante o julgamento, os juízes questionam o acusado e ponderam:

Juiz - Portanto, o réu reconhece, com razão, que o *coolie* devia odiá-lo. É isso, não é? Não há dúvida que matando-o, o senhor matou um inocente; mas unicamente porque não podia adivinhar que ele era inofensivo. Sim, sim, é uma coisa que acontece de vez em quando na polícia. Às vezes, os policiais atiram contra uma multidão de manifestantes que são pessoas absolutamente pacíficas... Por que atiram? Simplesmente porque não podem compreender por que essas pessoas ainda não os tiraram de seus cavalos e ainda não os lincharam. Atiram porque têm medo, esta é a verdade. E o fato de terem medo é a prova de seu bom senso. O senhor não poderia saber, portanto, que o *coolie* era uma exceção. Mercador – Exato, isso mesmo. Que motivo poderia ter esse *coolie* para dar de beber ao seu carrasco? (BRECHT, 1974, p. 24, grifo nosso).

Assim, os juízes declaram que o criminoso agiu com base na regra (todo funcionário maltratado carrega ódio pelo patrão, o que o torna um assassino em potencial) e não na exceção. Mas, não seria esse um caso em que algo específico e particular é transformado em típico? Ou para usar o pensamento de Brecht, um caso em que o discurso se apropria da exceção e a transforma em regra que se estabelece como ideologia dominante? Brecht está evidenciando como essa ideia cristalizada tem pouco fundamento e, mesmo assim, é uma noção universal.

Na peça, Brecht está instigando o público/leitor a desconfiar do que está estabelecido como regra e dizendo: não seria o caso de perguntarmos quantos casos há em que empregados assassinam seus empregadores, para que os juízes concluam a inocência do réu? O que justifica a absolvição do crime não é senão um discurso hegemônico pautado em um processo de tipificação. De acordo com Žižek (2008, p. 14, tradução nossa), “é conveniente encontrar o caso particular que dá eficácia à noção ideológica”, de maneira que basta um exemplo de um empregado vingativo

para atribuir legitimidade à sentença dos juízes; entretanto, na contramão desse ponto de vista, a todo momento, a peça de Brecht reforça os indícios de que o carregador era um indivíduo avesso à violência.

O trecho destacado em negrito na citação anterior é bastante irônico, uma vez que contradiz a regra de que todo sujeito submetido à violência se torna violento. E o objetivo da peça é, justamente, evidenciar que essa generalização é bastante questionável, embora pareça aceitável, conforme indicam os versos que iniciam a peça ao rogar: “não se diga jamais ‘é natural’”. Montagnari (2020, p. 13) explica que, para Brecht, a naturalização “tanto no teatro como na vida, só pode ser questionada se for encarada com estranheza [...] o conceito chave que funda a forma épica de ver e fazer teatro: o chamado efeito de estranhamento ou distanciação”.

Em *A exceção e a regra*, é possível perceber como o recurso do estranhamento desvela as incoerências do que é afirmado como natural. Ao declarar que “os policiais” agirdem “pessoas absolutamente pacíficas”, a peça aponta para a violência gratuita pautada no medo. Embora a peça tenha sido escrita no início do século XX, o tema não poderia ser mais atual, se o leitor levar em consideração os protestos populares em junho de 2013 ou a agressão aos professores em 2015, em Curitiba, marcados pela violenta intervenção da polícia e outros casos de violência cada vez mais comuns e naturalizados. Tanto no caso da reivindicação dos professores quanto no caso dos protestos pela redução das tarifas do transporte coletivo, houve a tentativa de criação de uma falsa imagem dos manifestantes como vândalos, a fim de que se justificasse a agressividade da polícia para conter os protestos. Uma vidraça quebrada era mostrada, triunfantemente, como prova, transformando uma ação individual em coletiva, contaminando todos os participantes das manifestações, cristalizando-se e tornando-se noção universal a sustentar a hegemonia.

Assim, Žižek afirma que “essa distorção em virtude da qual um fato pontual acaba revestido com as roupagens do “típico” e refletindo a universalidade de um conceito é o elemento da fantasia, o pano de fundo e o apoio fantasmático da noção ideológica universal” [...] e é “nesse processo que se ganham ou perdem as batalhas ideológicas” (ŽIŽEK, 2008, p. 14-15, tradução nossa). Portanto, o filósofo afirma que se, no caso do aborto, as ocorrências em famílias pobres fossem elevadas à categoria de “típico”, o ponto de vista seria outro; provavelmente, a acusação contra as mulheres solteiras (a de que seriam promíscuas e egoístas) seria adaptada ou substituída para desqualificar as famílias de baixa renda (talvez algo como “incapazes de planejamento familiar, por preguiça e luxúria”); em ambos os casos, com a função de ocultar as deficiências de um sistema econômico e político que não oferece qualidade de vida aos indivíduos.

O trecho a seguir deixa clara a exploração do mercador, mas, para que ele continue a explorar seus funcionários e a enriquecer à custa do trabalho de outros, é necessário que sua ação se torne natural. Desse modo, a exploração é a relação “natural” e o problema se torna a índole do carregador. Há um sutil desvio do foco, porém, a maneira como Brecht constrói a peça causa o estranhamento e evidencia que há algo ilógico nessa situação.

Mercador – É tolice não pensar em todas as preocupações. A confiança é uma besteira. Talvez eu tenha prejudicado este homem por toda a sua vida; seria justo de sua parte, que ele pretendesse fazer o mesmo comigo. [...] Em troca de uma quantia irrisória esse homem veio comigo, que tenho

muito dinheiro [...] Ao menor sinal de cansaço ele é espancado [...] E no rio, quando me confessou que estava com medo, teve que enfrentar meu revólver (BRECHT, 1974, p. 20).

Note-se que em momento algum a questão da exploração e da violência cometidas pelo comerciante são apontadas pelos magistrados como um problema. Para Montagnari (2010, p. 12), ao colocar “em julgamento o significado da (in)justiça capitalista em tempos de confusão e arbitrariedades” e evidenciar “o uso do direito como um instrumento legal de dominação e de violência, Brecht demonstra [...] como em nosso tempo o abuso convertido em regra é culturalmente naturalizado”.

O que torna o *coolie* uma ameaça para o mercador não é o fato de ele ter motivos para ser vingativo, mas o fato de que o mercador tem certeza de que ele se vingará a qualquer momento, tendo em vista a exploração que sofreu; então ele age antes, mas essa ação se baseia no medo do empregador. Mas o que está por trás desse medo?

Na tentativa de responder a esse questionamento, é preciso ter em mente a proposição de que a distorção do fenômeno “típico” é o que sustenta a “fantasia, o pano de fundo e o apoio fantasmático da noção ideológica universal” (ŽIŽEK, 2008, p. 14-15). O conceito de fantasia é bastante complexo e a releitura que Žižek faz de *O processo*, de Franz Kafka, ajuda a ter uma ideia do que o conceito trata.

No livro *Interrogando o real*, Žižek propõe uma teoria lacaniana da ideologia e parte de uma versão de *O processo*, produzida pelo ator e diretor norte-americano Orson Welles, em 1962, para evidenciar que “a verdadeira conspiração do Poder está na própria ideia de conspiração, na ideia de uma Instância misteriosa que ‘controla tudo nos bastidores’” (2017, p. 244). Segundo Žižek (idem), quando o personagem Josef K. rejeita o papel de vítima da lei e da sociedade e se assume como parte constitutiva da estrutura de poder, ele se torna uma ameaça verdadeira, na medida em que coloca em xeque a ficção simbólica – a conspiração- e, por isso, ele é assassinado. Tendo isso em vista, Žižek destaca que a violência emerge nos momentos em que a ficção simbólica está em perigo.

Entretanto, Žižek (2017) ressalta a importância de não confundir ficção simbólica e fantasia, visto que a primeira estrutura a nossa percepção da realidade, dizendo respeito às normas e leis que organizam a ordem Simbólica. A fantasia, por seu turno, pertence a uma instância espectral e inatingível pelo plano do consciente, pois está vinculada ao Real traumático. Nas palavras mais esclarecedoras de Slavoj Žižek (2017, p. 258-259):

Não devemos confundir “espectro” com “ficção simbólica”, com o fato de a própria realidade ter estrutura de ficção por ser construída simbolicamente (ou “socialmente” como dizem alguns sociólogos); as ideias de espectro e ficção (simbólica) são codependentes em sua própria incompatibilidade. Dito de maneira mais simples, a realidade nunca é “diretamente” ela mesma; ela só se apresenta por meio de sua simbolização falha e incompleta, e as aparições espectrais surgem nessa lacuna que separa para sempre a realidade do real, e é por causa dessa lacuna que a realidade tem o caráter de ficção (simbólica).

A partir desse ponto de vista, é possível dizer que a violência sofrida pelo carregador, bem como o julgamento do mercador, tão-somente fortalecem a ficção simbólica, uma vez que a

divisão de classes é o que precisa ser escamoteado para manter as relações de poder entre empregadores e empregados; nessa perspectiva, o *coolie* cumpre o seu papel de vítima silenciosa, para que tudo permaneça como está. Para Žižek (2017, p. 245), na adaptação fílmica de *O processo*, o tribunal possui uma:

[...] existência puramente fantasmagórica [...] como seu controle sobre o sujeito é totalmente fantasmático basta quebrar seu feitiço por meio de um gesto de distanciamento e o Tribunal vira pó. [...] se tivermos de superar o poder social “efetivo”, precisaremos primeiro romper o controle fantasmático que ele exerce sobre nós.

Nessa perspectiva, a diferença entre a versão fílmica de *O processo* e *A exceção e a regra* talvez seja o fato de que, no segundo, não há propriamente uma ameaça à ficção simbólica, uma vez que Brecht deixa essa tarefa para o leitor cumprir, ao passo que Josef K. diz com todas as letras qual é a ficção que precisa ser quebrada¹. Em *A exceção e a regra*, o tribunal legitima o processo de tipificação e reforça a narrativa simbólica que sustenta as relações de poder.

5. Considerações finais

Pode-se inferir que, assim como no discurso meritocrático, o processo de tipificação é uma constante na construção de argumentos que servem à manutenção do *status quo*.

É um processo que, em termos lógicos, funciona nos moldes do que a retórica nomeia “falácia indutiva por generalização precipitada” (DOWNES, s/d), que vem a ser a conclusão universalizante partindo de um número insuficiente de casos. Para dar exemplo de falácia de generalização precipitada, destaca-se uma anedota dos anos 1970: “Quando um homem comete uma imprudência ou imperícia no trânsito, diz-se: Como ele é ‘barbeiro’! Mas quando uma mulher faz o mesmo, o que se diz é: Como as mulheres são ‘barbeiras’!” A afirmação da superioridade masculina na direção é contestada inclusive pelos preços mais baixos que as seguradoras de automóveis oferecem a veículos dirigidos exclusivamente por mulheres, mas o argumentador machista encontrará uma “explicação”: mulheres sabem que dirigem mal, portanto andam mais devagar e são mais cuidadosas, enquanto os homens são vítimas de confiança motivada em seus reflexos superiores.

Da mesma maneira, o processo de tipificação gera novas distorções. Se se tentar argumentar que é raríssimo que um empregado maltratado cometa violência contra seu patrão, o contra-argumento utilizado para sustentar o processo de tipificação seria este: porque sabe que será pego e preso. Ou argumentariam ainda que se o empregado estiver, como estava o *coolie*, no meio do nada, sozinho com seu atormentador, dificilmente ele escaparia à tentação de cometer assassinato e alegar um acidente, um assalto ou simplesmente sumir com o corpo e jurar que o conduziu com segurança até Ourga, onde se separaram.

¹ No romance de Kafka, Josef K. interroga histericamente (no sentido lacaniano do termo) os indivíduos que cumprem as etapas do seu processo, mas encontra, invariavelmente, uma indiferença solene: cada um “está cumprindo sua obrigação” e não faz ideia – nem deseja conhecer – o todo. São como autômatos, não podendo ser histericizados.

Em outras palavras, o medo do mercador vem da projeção de sua consciência da luta de classes sobre o empregado a quem explorava.

Esta fantasia (a da vingança violenta do carregador) é o espectro que indicia a existência do Real da luta de classes – o Real insuportável que, se vier à tona, desfará imediatamente a cadeia Simbólica que mantém o *status quo*. A tipificação não se limita a universalizar uma imagem individual: frequentemente, universaliza uma imagem que representa a fantasia aparentemente disruptiva mas que, na verdade, sustenta a ordem hegemônica. Tal é o caso da mulher solteira sexualmente liberada, no caso da condenação ao aborto: essa variante da *femme fatale* é uma fantasia masculina que, aparentemente ameaçadora, na verdade justifica e mantém a misoginia.

Brecht estrutura seu texto de maneira propositalmente didática. Expliquemos: existe, no Direito Penal, a figura da legítima defesa putativa, a qual:

[...] supõe que o agente atue na sincera e íntima convicção da *necessidade* de repelir essa agressão imaginária (legítima defesa subjetiva). [...] No entanto, se esse erro, nas circunstâncias, era inevitável, exculpará o autor; se era evitável diminuirá a pena, na medida de sua evitabilidade. (BITTENCOURT, 2009, p. 345, grifo do autor).

Desse modo, se a intenção do dramaturgo fosse a de criar um drama burguês contando a morte trágica e desnecessária do *coolie*, humanizando o mercador, que ver-se-ia na terrível situação de defender-se perante o tribunal desnudando a própria consciência dos maus-tratos que infligia ao empregado, isso poderia ter sido feito com relativa facilidade, inclusive criando um arco de redenção para o assassino. Como, obviamente, trata-se de teatro épico, foi necessário, além de automatizar as ações das personagens, evitando a armadilha de individualizar a relação entre elas, recorrer ao processo de tipificação, a fim de afastar o magistrado da peça do que poderia parecer uma postura imparcial, assentada no princípio da legítima defesa putativa. Ao mover o foco desta para a tipificação, o autor impede tal leitura, fazendo emergir o Real da luta de classes e o aparelhamento da própria Justiça, a fim de defender um lado único nessa luta.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. Disponível em: <https://teoliteraria.files.wordpress.com/2013/02/bhabha-homi-k-o-local-da-cultura.pdf> Acesso em: out. 2020.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, volume 1**: parte geral. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BONFIM, Edmar F. S. M. **Avaliação do rendimento e evasão de alunos cotistas e não cotistas da Universidade de Brasília**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Estatística). Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a14.pdf> > Acesso em: out. 2020.
- BRECHT, Bertolt. A exceção e a regra. Tradução por Mario da Silva. **Cadernos de teatro n. 61**. Rio de Janeiro, 1974. Disponível em: < http://otablado2.hospedagemdesites.ws/media/cadernos/arquivos/CADERNOS_DE_TEATRO_NUM_61.pdf > Acesso em: mai. 2020
- CIPRO NETO, Pasquale. **Dicionário de Língua portuguesa comentado pelo professor Pasquale**. Barueri: Gold Editora, 2009.



DOWNES, Stephen. **Guia das falácias**. Tradução e adaptação para o português de Portugal de Júlio Sameiro e para o português do Brasil de Ibrahim Cesar. Universidade de Alberta, Canadá, s/d. Disponível em: <http://www.onegoodmove.org/fallacy/welcome.htm>. Acesso em: fev. 2021.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução por Jacques A. Wainberg. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Disponível em: < https://www.academia.edu/36402627/LIVRO_WALTER_LIPPMANN_OPINI%C3%83O_P%C3%9ABLICA > Acesso em: out. 2020.

MELLO, Suzana C. de A. **A exceção e a regra de Bertolt Brecht ou a exceção como regra: uma leitura**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-79336/a-excecao-e-a-regra-de-bertolt-brecht-ou-a-excecao-como-regra--uma-leitura> Acesso em: out. 2020.

MENDES JUNIOR, Álvaro Alberto F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. vol.22 n.82. Rio de Janeiro Jan./Mar. 2014. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362014000100003&script=sci_arttext > Acesso em: out. 2020.

MONTAGNARI, Eduardo Fernando. Brecht: estranhamento e aprendizagem. **Revista JIOP** n°1. Departamento de Letras Editora, 2010. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.dle.uem.br/revista_jiop_1/artigos/montagnari.pdf> Acesso em jul. 2020.

PEIXOTO, Adriano de L. A et al. Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas. vol.21 no.2 Sorocaba July 2016. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000200569&script=sci_arttext-&lng=pt > Acesso em: out. 2020.

SILVA, Marisa C. Materialismo Lacaniano. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lucia O. (Orgs.). **Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 211-216.

VELLOSO, Jacques. Cotistas e não-cotistas: Rendimento de alunos da Universidade de Brasília. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.137, p.621-644, maio/ago. 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a14.pdf> > Acesso em: out. 2020.

WAINBERG, Jacques A. Prefácio. In: LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução por Jacques A. Wainberg. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Disponível em: < https://www.academia.edu/36402627/LIVRO_WALTER_LIPPMANN_OPINI%C3%83O_P%C3%9ABLICA > Acesso em: out. 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Elogio da intolerância**. Tradução por Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **En defensa de la intolerancia**. Tradução por Javier Eraso Ceballos y Antonio José Antón Fernández. Ediciones Sequitur: Madrid, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **Interrogando o real**. Tradução por Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. Multiculturalismo o la logica cultural del capitalismo multinacional. 1997. **Biblioteca Virtual de Ciências Sociais**. Disponível em: <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/multiculturalismo-o-la-lc3b3gica-cultural-del-capitalismo-multinacional1.pdf>> Acesso em: Jan. 2021.

